RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Afya Faculdade de Vitória da Conquista

AFYA VIC

2026

RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) – DIREITO

1. Identificação do curso

O Curso de Graduação em Direito da AFYA FACULDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA (AFYA VIC) é ofertado na modalidade presencial, em regime semestral, nos turnos matutino e noturno. Sua organização curricular está estruturada para assegurar formação jurídica geral, humanística, crítica, ética e prática, articulando os fundamentos do Direito às demandas sociais e profissionais contemporâneas.

INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
Denominação	Direito – Bacharelado
Instituição	AFYA FACULDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA (AFYA VIC)
Modalidade	Presencial, com componentes on-line previstos na matriz curricular
Regime de matrícula	Semestral
Turnos de oferta	Matutino, vespertino e noturno
Carga horária total	3.700 horas
Duração mínima	10 semestres
Duração máxima	20 semestres
Vagas previstas no PPC	300 vagas anuais
Local de funcionamento	Avenida Olívia Flores, nº 2.500, loja LUC 010, piso L0, Shopping Boulevard, Bairro Candeias, Vitória da Conquista/BA

2. Apresentação e finalidade do documento público

Este documento apresenta o Resumo Público do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito da AFYA FACULDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA (AFYA VIC), com a finalidade de divulgar, em linguagem clara, objetiva e acessível, os principais elementos que orientam a formação oferecida.

O PPC constitui o documento de referência da organização acadêmica do curso. Nele estão definidos os princípios formativos, os objetivos educacionais, o perfil do egresso, a estrutura curricular, as estratégias de ensino-aprendizagem e as diretrizes para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício das profissões jurídicas.

Este resumo tem como objetivos:

- Promover a transparência institucional, permitindo que estudantes, candidatos, familiares, parceiros e a sociedade conheçam os principais aspectos da formação oferecida.
- Apresentar, de forma sintética, a organização curricular e o percurso formativo, com destaque para os componentes fundamentais, profissionais e práticos, a extensão e o estágio supervisionado.
- Evidenciar o compromisso do curso com uma formação jurídica crítica, ética, humanística e socialmente responsável, articulada às necessidades da sociedade.
- Dar visibilidade às experiências de prática jurídica, pesquisa, extensão e produção acadêmica que integram a trajetória do estudante.
- Preservar detalhamentos operacionais e informações internas que pertencem ao PPC integral e não são necessários à compreensão pública da proposta pedagógica.

O PPC integral permanece como documento institucional de referência, reunindo ementas, bibliografias, regulamentos e demais informações necessárias à implementação e ao acompanhamento do curso.

3. Base normativa e princípios formativos

A organização pedagógica do Curso de Direito fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, especialmente na Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, e nas demais normas aplicáveis à educação superior e à formação jurídica.

A proposta curricular articula os eixos de formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional, promovendo a interdisciplinaridade e a integração entre conhecimentos teóricos e experiências de aplicação do Direito. Busca-se desenvolver uma compreensão ampla dos fenômenos jurídicos, considerando suas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e éticas.

O curso também contempla temas transversais relacionados aos direitos humanos, à diversidade, à educação ambiental e à sustentabilidade, além de conteúdos associados às transformações tecnológicas e ao Direito Digital. Esses elementos contribuem para uma formação comprometida com a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a justiça social e o respeito ao pluralismo.

4. Perfil do egresso

O Curso de Direito busca formar bacharéis com sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica e aptidão para interpretar e aplicar o Direito de maneira crítica, contextualizada e ética.

Ao longo da formação, o estudante desenvolve competências para pesquisar, compreender e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; interpretar situações e problemas jurídicos; construir argumentos consistentes; comunicar-se com clareza; e atuar em contextos judiciais, administrativos e extrajudiciais.

A proposta formativa valoriza, ainda, a capacidade de identificar e solucionar conflitos, inclusive por meios consensuais, de compreender as relações entre o Direito e a sociedade e de utilizar tecnologias e métodos adequados à análise e à aplicação do conhecimento jurídico, considerando também os desafios do Direito Digital.

A formação possibilita diferentes trajetórias profissionais, entre as quais a advocacia, a assessoria e a consultoria jurídica, a atuação em órgãos e entidades públicas, a participação em mecanismos de solução de conflitos e a carreira acadêmica, observados os requisitos legais próprios de cada área.

5. Organização curricular e matriz do curso

A matriz curricular do Curso de Direito está organizada em dez períodos letivos e totaliza 3.700 horas. Sua estrutura foi concebida para promover uma trajetória progressiva de aprendizagem, partindo dos fundamentos gerais e humanísticos do Direito, avançando para os conteúdos técnico-jurídicos e culminando na integração dos conhecimentos em atividades de prática profissional, estágio supervisionado e produção acadêmica.

A organização curricular reúne componentes teóricos e práticos, atividades de extensão, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividades complementares e componentes

eletivos. A articulação desses elementos busca favorecer o desenvolvimento gradual das competências necessárias à análise de questões jurídicas e à atuação profissional.

A matriz também contempla componentes curriculares ofertados on-line, sem afastar a natureza presencial do curso. A distribuição da carga horária apresentada a seguir considera a matriz curricular Direito 2026, encaminhada como referência para este resumo.

5.1 Eixos estruturantes da formação

A formação está organizada em três eixos articulados, em consonância com a estrutura indicada no PPC:

- Eixo de Formação Fundamental: reúne conhecimentos que favorecem a compreensão do Direito em diálogo com outras áreas, incluindo fundamentos filosóficos, históricos, políticos, sociais, econômicos e psicológicos.
- Eixo de Formação Profissional: contempla os conteúdos técnico-jurídicos essenciais à formação, abrangendo, entre outros, Direito Constitucional, Civil, Penal, Administrativo, Empresarial, Tributário, do Trabalho, Processual e Internacional.
- Eixo de Formação Prática: promove a integração entre os conhecimentos teóricos e sua aplicação, por meio do estágio supervisionado, das atividades do Núcleo de Prática Jurídica, dos projetos de extensão, do Trabalho de Conclusão de Curso e das atividades complementares.

5.2 Diferenciais formativos descritos no PPC

- Articulação entre teoria e prática, com aproximação progressiva do estudante às situações concretas de atuação jurídica.
- Formação interdisciplinar, relacionando o conhecimento jurídico às ciências humanas e sociais e à compreensão da realidade.
- Vivências de prática jurídica real e simulada, com atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica.
- Estímulo à pesquisa, à iniciação científica, à produção acadêmica e à construção de argumentos fundamentados.
- Extensão curricular, aproximando a formação jurídica das demandas da comunidade e de questões de interesse social.
- Flexibilização curricular por meio de componentes eletivos, permitindo aprofundamento em temas de interesse do estudante.
- Abordagem de direitos humanos, diversidade, sustentabilidade e transformações tecnológicas no campo jurídico.

5.3 Visão da matriz curricular

PERÍODO	ÊNFASE FORMATIVA E COMPONENTES REPRESENTATIVOS
1º	Fundamentos do Direito, argumentação e redação jurídica, Ciência Política, Criminologia e habilidades jurídicas iniciais.
2º	História do Direito, Direito Civil, Constitucional e Penal, Teoria Geral do Processo e Projeto de Extensão I.
3º	Aprofundamento em Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Civil e Penal, Processo Civil, inovação e Projeto de Extensão II.
4º	Contratos e relações de consumo, Processo Civil, Direito Penal, Processo Constitucional, Psicologia aplicada ao Direito e Projeto de Extensão III.

5º	Responsabilidade civil, Direito Penal, Direito Eleitoral, Processo Civil, Direito do Trabalho e Projeto de Extensão IV.
6º	Clínica de Direitos Humanos, Processo Penal, Direito Civil, Administrativo e do Trabalho, além do Projeto de Extensão V.
7º	Sucessões, Processo Penal, Direito Administrativo e Empresarial, métodos adequados de solução de conflitos, Direito Ambiental e Agrário e prática criminal.
8º	Direito Empresarial, Tributário e Civil, Processo do Trabalho, componente eletivo, TCC I e prática cível e consumerista.
9º	Direito Tributário, TCC II, tópicos especiais, componente eletivo, prática trabalhista e previdenciária e Direito Previdenciário.
10º	Ética e gestão da advocacia, componentes eletivos, tópicos especiais, prática em métodos adequados de solução de conflitos e família e Direito Internacional.

5.4 Distribuição da carga horária

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA
Carga horária total	3.700 horas
Componentes teóricos	1.941 horas
Componentes práticos	115 horas
Estágio supervisionado	330 horas
Extensão curricular	378 horas
Atividades complementares	175 horas
Carga horária on-line indicada na matriz	936 horas (aproximadamente 25,3%)
Carga horária presencial indicada na matriz	2.764 horas (aproximadamente 74,7%)

6. Metodologias de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica do curso busca favorecer a participação ativa do estudante e a construção progressiva do conhecimento jurídico. O processo de ensino-aprendizagem articula conteúdos teóricos, análise de situações concretas, pesquisa, argumentação e atividades práticas, de modo a aproximar os fundamentos estudados das diferentes realidades de atuação profissional.

O PPC prevê a diversificação das estratégias didático-pedagógicas, com utilização de metodologias ativas e atividades que estimulem a autonomia intelectual, a reflexão crítica e a capacidade de solucionar problemas. Entre as estratégias descritas, destacam-se:

- Estudos de caso e análise de situações práticas, relacionando os conteúdos jurídicos a problemas concretos.
- Atividades individuais e coletivas, seminários e apresentações, com desenvolvimento da comunicação e da argumentação.
- Projetos interdisciplinares e atividades integradoras, que articulam diferentes componentes curriculares.
- Atividades de pesquisa e extensão, estimulando a investigação e a aplicação social do conhecimento.
- Práticas jurídicas reais e simuladas, incluindo experiências no Núcleo de Prática Jurídica.

- Atividades on-line apoiadas por ambiente virtual de aprendizagem, tutoria e recursos educacionais digitais.

A interdisciplinaridade constitui princípio importante da formação, favorecendo o diálogo entre o Direito e outras áreas do conhecimento e a compreensão dos fenômenos jurídicos em sua complexidade.

7. Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é desenvolvida ao longo do período letivo e busca acompanhar a apropriação dos conhecimentos e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a formação jurídica. O PPC descreve a utilização de avaliação formativa e de instrumentos diversificados, de acordo com a natureza dos componentes curriculares e os objetivos de aprendizagem.

Entre os instrumentos avaliativos previstos, destacam-se:

- Provas escritas com questões objetivas, discursivas e/ou práticas.
- Provas orais, com ênfase na argumentação e na expressão jurídica.
- Trabalhos individuais ou coletivos, seminários e apresentações.
- Estudos de caso e análise de situações práticas.
- Atividades interdisciplinares e avaliação parcial integrada, incluindo o Teste de Progresso Institucional.

Os critérios e as atividades avaliativas são informados nos planos de ensino. O acompanhamento do desempenho considera as regras acadêmicas institucionais, inclusive os requisitos de frequência e aproveitamento, e busca fornecer subsídios para o aprimoramento da aprendizagem.

8. Estágio supervisionado e cenários de prática

O estágio curricular supervisionado constitui etapa obrigatória da formação e proporciona ao estudante a oportunidade de integrar os conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso às experiências de prática jurídica. Conforme a matriz curricular Direito 2026, são destinadas 330 horas ao estágio supervisionado, distribuídas entre o 6º e o 10º períodos.

As experiências de prática jurídica contemplam diferentes áreas e situações profissionais, incluindo:

- Clínica de Direitos Humanos.
- Prática criminal e Tribunal do Júri.
- Prática cível e consumerista.
- Prática trabalhista e previdenciária.
- Atividades relacionadas aos métodos adequados de solução de conflitos e à área de família.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitui espaço de desenvolvimento das atividades práticas reais e simuladas, contribuindo para a articulação entre formação acadêmica e demandas da comunidade. O PPC também prevê aproximação com mecanismos consensuais de resolução de conflitos, incluindo mediação e negociação.

9. Pesquisa, extensão e responsabilidade social

A pesquisa e a extensão integram a proposta formativa e são articuladas ao ensino como dimensões relevantes da formação jurídica. O PPC estimula a iniciação científica, a investigação de temas jurídicos,

a produção acadêmica e a participação dos estudantes em atividades que favoreçam o desenvolvimento do pensamento científico e crítico.

Na matriz curricular Direito 2026, os Projetos de Extensão I a V estão distribuídos do 2º ao 6º período e totalizam 378 horas. As atividades extensionistas favorecem a aproximação entre a instituição e a sociedade, possibilitando que os conhecimentos jurídicos sejam mobilizados na compreensão de demandas sociais e na construção de ações de interesse coletivo.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão contribui para a formação de profissionais atentos à realidade social, aos direitos fundamentais, à cidadania, à justiça e à responsabilidade no exercício das atividades jurídicas.

10. Acessibilidade, inclusão e temas transversais

A proposta pedagógica contempla conteúdos relacionados aos direitos humanos, à diversidade e à educação ambiental e sustentabilidade, abordados por componentes curriculares específicos e de forma transversal e interdisciplinar. O PPC prevê, ainda, a possibilidade de oferta de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como componente eletivo.

A presença desses temas na formação busca fortalecer o respeito à dignidade humana, à pluralidade, à igualdade e à responsabilidade socioambiental, contribuindo para que o futuro bacharel compreenda o papel do Direito na proteção de direitos e na organização democrática da sociedade.

11. Gestão do curso e melhoria contínua

A gestão acadêmica do curso envolve a Coordenação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso, que participam do acompanhamento e do aperfeiçoamento da proposta pedagógica. Esses espaços contribuem para a análise da organização curricular, a discussão de atualizações e a coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos e as práticas acadêmicas.

O PPC prevê a discussão da revisão curricular nas instâncias acadêmicas, considerando inovações teóricas, tecnológicas e profissionais, bem como a pertinência de atualização dos conteúdos e das referências bibliográficas. O acompanhamento institucional e os processos de avaliação subsidiam a identificação de oportunidades de aprimoramento e a busca pela qualidade da formação.

12. Infraestrutura e recursos educacionais

O curso funciona na unidade da AFYA VIC localizada no Shopping Boulevard, em Vitória da Conquista/BA. Conforme a infraestrutura descrita no PPC, a instituição dispõe de ambientes destinados às atividades de ensino, estudo, pesquisa e apoio acadêmico.

- Salas de aula destinadas às atividades teóricas e às estratégias de ensino-aprendizagem.
- Biblioteca, com acervo físico e recursos de consulta e pesquisa.
- Auditório para atividades acadêmicas, eventos e ações institucionais.
- Laboratórios de informática, que apoiam atividades acadêmicas e o acesso a recursos digitais.
- Núcleo de Prática Jurídica, que dá suporte às atividades de prática jurídica e ao atendimento à comunidade.
- Ambiente virtual de aprendizagem e recursos tecnológicos utilizados nos componentes on-line.

A infraestrutura e os recursos educacionais constituem suporte ao desenvolvimento das atividades curriculares e à integração entre estudo, pesquisa e prática jurídica.

13. Transparência e acesso ao PPC integral

Este Resumo Público do Projeto Pedagógico do Curso tem por finalidade apresentar, de maneira objetiva e acessível, os principais elementos que caracterizam a formação oferecida pelo Curso de Direito da AFYA VIC.

O PPC integral constitui o documento institucional de referência para a organização, o desenvolvimento e a avaliação das atividades acadêmicas, reunindo informações detalhadas sobre objetivos, componentes curriculares, ementas, bibliografias, regulamentos e demais orientações pedagógicas.

A versão integral do PPC poderá ser consultada por meio dos canais institucionais oficiais, observados os procedimentos de disponibilização e acesso estabelecidos pela instituição. A AFYA VIC reafirma, por meio deste documento, seu compromisso com a transparência, a qualidade acadêmica, a formação jurídica ética e socialmente responsável e o aprimoramento contínuo do curso.